

# O Reino Sagrado da Desinformação: novo especial da Gênero e Número explica o Brasil que acredita na ideologia de gênero

*Com jornalismo de dados, análise de redes e análise semântica, as oito reportagens e gráficos de redes narram o avanço da ideologia de gênero no país, jogando luz sobre cada uma das cinco regiões do Brasil; entrevista exclusiva com a filósofa Judith Butler integra o especial*

O que leva parte do Brasil a acreditar que a suposta “ideologia de gênero” é a grande ameaça à família brasileira e ao currículo escolar? Para responder a esta pergunta, a **Gênero e Número** lança hoje, 27 de agosto, **o Reino Sagrado da Desinformação**, um especial de jornalismo de dados que converge pesquisa aplicada, análise de rede e produção de narrativas jornalísticas para explicar o fenômeno da ideologia de gênero no Brasil de 2019.

**São sete reportagens e uma entrevista:** [“A palavra”](#), [“A origem”](#) (sobre a região Norte, trata da chegada e a expansão da Assembleia de Deus no Brasil), [“Submissão”](#) (sobre a região Nordeste, aborda o discurso da superioridade masculina), [“Concessões”](#) (sobre a região Centro-Oeste, trata dos pactos firmados desde o Governo Lula), [“o Show de Joice”](#) (sobre a região Sudeste, mostra uma das principais personagens do conservadorismo político do cenário atual), [“O País Paraná”](#) (sobre a região Sul, mostra como o estado da Lava-Jato ganhou a centralidade na pauta política), [“Prosperidade”](#) (sobre a Teoria da Prosperidade, trata do suporte teórico dos neopentecostais) e trazemos ainda uma [entrevista exclusiva com a filósofa Judith Butler](#). Um material inédito e completo.

**Um gráfico de rede com mais de 80 atores** dos campos da política, da mídia e da religião reúnem o núcleo duro da “ideologia de gênero” no Twitter no país e mostram as palavras mais presentes no vocabulário que usam na plataforma: <http://www.reinodadesinformacao.com.br>

A publicação é interdisciplinar e contou com jornalistas, cientistas de dados, cientistas sociais e designers.

Na plataforma digital, usuários/as encontram visualizações interativas e longas reportagens para contextualizar o Brasil de 2019, **levando em consideração as conexões entre mídia, igreja e política nos últimos 30 anos no país, explicadas por pesquisadores de diferentes regiões do país e também por protagonistas dessa história complexa.**

## **Desinformação**

A desinformação na estratégia política, afinal, o que é? É boato ou informação falsa que ganha o mundo em compartilhamentos a partir de um aparato midiático? Seria mais simples se fosse apenas isso. Mas é bem mais complexo. A sofisticação da desinformação está na rede de conexões construída por atores de diferentes campos, na disputa pelo sentido das palavras e ainda na capacidade de midiaticizar o discurso. Vale para qualquer espectro político, do mais conservador ao mais progressista. No **Reino Sagrado da Desinformação** narramos o contexto atual da política brasileira tendo ao centro a grande questão de gênero e com foco nos atores de direita.

A Gênero e Número apresenta neste especial parte do ecossistema que sustenta o pânico moral, que é fenômeno da campanha e do governo Bolsonaro, mas que não seria possível sem apoio neopentecostal e católico, sem uma frente ultraconservadora no Congresso Nacional e sem um aparato de mídia que dá vazão às narrativas da extrema-direita. Entenda e visualize, em textos, dados e imagens, como foi possível chegarmos até aqui.

Acesse e boa leitura: <http://www.reinodadesinformacao.com.br/>

---

## **12º Festival Latinidades reivindica saberes de mulheres negras - SP/SP, 23 a 27/07/2019**

*Pela primeira vez fora de Brasília, Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha chega à 12ª edição*

[\(Agência Brasil, 21/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Começa nesta terça-feira (23), no Centro Cultural São Paulo, a 12ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha. O evento ocorre pela primeira vez fora de Brasília. A programação - entre *show*, feiras e debates - tem como objetivo fortalecer a identidade, a formação política e técnica, o empreendedorismo e estimular a produção artística, cultural e intelectual de mulheres negras. O festival ocorre até o dia 27, na semana em que se celebra, em 25 de julho, o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha desde 1992.

A coordenadora-geral do evento, Jaqueline Fernandes, destaca que, após mais de uma década de festival, ele se firma como “uma plataforma para produção de conhecimento científico, artístico, intelectual e de saberes diversos de mulheres negras”. Ela relembra que, quando o festival surgiu, a data de 25 de julho não tinha visibilidade no país e havia uma produção artística de mulheres negras sem meios de circulação. “A gente queria criar esse espaço.”

A edição deste ano traz o tema Reintegração de Posse. “Esse tema nasce em conversas com Erica Malunguinho, que é essa grande artista e intelectual negra, que hoje é deputada [em São Paulo]. A reflexão que trazemos é que nós mulheres negras somos produtoras de conhecimento, de riqueza. Ao mesmo tempo, nós somos as mais impactadas pelo racismo e o usufruto dessa riqueza é negado”, destacou Jaqueline. O tema reflete sobre a contribuição da população negra nas ciências, na tecnologia, nas artes, na política e em diferentes campos do conhecimento.

Em 2019, o festival reunirá representantes de Moçambique, Guiné Bissau, Angola, Camarões, da Jamaica, República Dominicana, Argentina, dos Estados Unidos, além do Brasil. O evento será aberto pelo bloco Ilú Obá De Min, que é formado apenas por mulheres. Elas fazem uma intervenção cultural baseada na preservação do patrimônio imaterial. “O bloco baseia seu

repertório em cantos e danças das culturas populares, além de composições próprias, realizando uma ópera de rua comandada pela força dos tambores”, diz o texto de apresentação do grupo.

Entre as convidadas participantes nas mesas de debates estão intelectuais, pesquisadoras, ativistas, escritoras e produtoras culturais. Nos debates serão trazidos temas como ancestralidade, religiosidades negras, literatura, moda, economia, colonialidade, ativismo negro, entre outros. Todas as atividades precisam de pré-inscrição pelo site <https://www.afrolatinas.com.br/>

A festa de encerramento, no dia 27, ocorre na Casa Natura Musical com desfiles e shows de A.M Strings (EUA) e participação Laylah Arruda (Feminine Hifi), ZAV (Moçambique) e, do Brasil, Bia Ferreira e Doralyce, com o lançamento do show Preta Leveza. Apenas o encerramento é pago e o ingresso pode ser adquirido no site da casa de shows.

---

## **Oficina de Comunicação e Mídia Prevenção e Atenção à Violência contra as Mulheres no Sistema de Saúde - São Paulo/SP, 26/06/2019**

A Oficina de Comunicação e Mídia *Prevenção e Atenção à Violência Contra as Mulheres no Sistema de Saúde: como falar para a sociedade sobre esta importante porta de entrada?* é uma iniciativa do Programa Estadual de Saúde do Adolescente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, com apoio do Ministério da Saúde.

A atividade é aberta ao público e tem entrada gratuita.



---

## **Curso Mulheres Indígenas e Novas Mídias - Dourados/MS, 5 a 7/06/2019**

De 5 a 7 de junho, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sediará o curso

Mulheres Indígenas e Novas Mídias. O evento será realizado em razão da parceria do Tribunal de Justiça de MS, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da Escola Judicial (Ejud-MS), com a ONU Mulheres.

**[\(TJMS, 04/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

São parceiros ainda do curso a Faculdade Intercultural Indígena (Faind), Faculdade de Ciências Humanas (FCH/UFGD), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Unesco, além do apoio da Voz das Mulheres Indígenas.

A abertura será às 19 horas, com a apresentação de uma reza indígena, seguida de uma dança ou mística, organizada pelo Curso de Arte e Educação da Faind. Confirmaram presença para esta solenidade a conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, a juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; a gerente de projetos da ONU Mulheres, Fernanda Papa, representante das etnias, da Voz das Mulheres Indígenas - ONU, da Cátedra Unesco/UFGD.

Pela programação, devem palestrar sobre o tema central do evento Cleidiana Ramos, Graciela Guarani e Isabel Clavelin. Para a manhã do dia 6 (quinta-feira) está programada uma visita em uma aldeia indígena em Dourados e a retomada do curso no período vespertino. O encerramento será na sexta-feira (7), às 13 horas.

### **Sobre o curso:**

O Curso de Comunicação, Saúde e Direitos das Mulheres está estruturado em três módulos (dois no primeiro dia, e o terceiro no segundo dia) e duas atividades pedagógicas (segundo dia), para despertar nos e nas participantes a reflexão acerca da prática jornalística e comunicativas e as possibilidades de mudança e melhoria da cobertura dos temas gênero, raça e etnia no fazer jornalístico diário e nas produções de comunicação livre.

**Módulo 1** - Mulheres, saúde, acesso aos direitos e os contextos de enfrentamento ao racismo, ao etnocentrismo e à violência em sociedade

Ementa: Definição dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos a partir da perspectiva feminista. Introdução ao Direito humano à saúde e à comunicação como direitos universais. Breve histórico do movimento feminista, do movimento de mulheres negras e do movimento de mulheres indígenas. Relações raciais e o enfrentamento ao racismo e ao etnocentrismo e os impactos na saúde. A violência contra as mulheres no Brasil. A resposta à epidemia congênita de Zika e o emponderamento político e econômico das mulheres.

**Módulo 2** - Comunicação, ética e os princípios da solidariedade e justiça social na saúde

Ementa: Princípios éticos do jornalismo brasileiro. A prática jornalística na perspectiva dos direitos das mulheres. A cobertura de notícias sobre violência contra a mulher e os impactos na saúde. As ferramentas estratégicas na negociação da pauta com o foco no acesso a direitos.

**Módulo 3** - Mídias digitais

Ementa: em elaboração.

Atividade pedagógica 1 - Leitura crítica da mídia

Ementa: Abordagem sobre cultura da mídia a partir da leitura de Douglas Kellner. Análise e leitura crítica de textos e/ou imagens de notícias impressas, gravadas em áudio, vídeo e notícias on line com ênfase nos direitos das mulheres no contexto da epidemia de Zika, com destaque para as notícias sobre violações dos direitos das mulheres negras e indígenas. Modos de fazer coberturas qualificadas e com abordagem aprofundada sobre direitos das mulheres e saúde. Aplicação prática de estudos, pesquisas, análises, fontes e marcos internacionais sobre o tema na pauta jornalística.

Atividade pedagógica 2 - Experiências e trajetórias locais: identificando novas fontes

Ementa: Apresentação de um/a convidado/a local. Construindo uma pauta com foco nas demandas locais com recorte de gênero, raça e etnia. A apuração e a entrevista. Produção e avaliação dos resultados. Publicação no blog do curso.

<https://comunicacaoedireitosdasmulheres.wordpress.com/>

---

## **Patrícia Galvão lança campanha de financiamento coletivo para produção de guia sobre segurança na internet**

O [Instituto Patrícia Galvão](#) em parceria com a plataforma de financiamento coletivo [Abacashi](#) lança [campanha de arrecadação de verba](#) para a produção da publicação online *Gênero, Liberdade de Expressão e Segurança nos Meios Digitais - Guia Online para Profissionais de Comunicação e Ativistas dos Direitos das Mulheres*.

A ideia é a produção de uma publicação em formato digital direcionada a comunicadores e ativistas que trabalham com questões de gênero, raça e LGBTfobia nos meios digitais. Vamos abordar os direitos e deveres para quem atua na produção e divulgação de conteúdos sobre esse assunto e também o que fazer em casos de ataques e perseguições na internet.

**[Acesse aqui e contribua com a campanha](#)**

### **INFORMAÇÕES E DADOS**

O número de ataques a pessoas na internet vem crescendo nos últimos anos e, segundo a SaferNet, as mulheres são as principais atingidas.

---

Os números da violência de gênero na internet no Brasil  
Infogram

Temos visto também ataques a diversos jornalistas e comunicadores por produzirem conteúdos considerados polêmicos, isto é, sobre temas cujo enfrentamento ainda não conta com total

adesão da sociedade, como por exemplo, o direito ao aborto seguro, a violência sexual, feminicídio e homofobia.

---

A Voz das Redes: a importância do anonimato  
Infogram

Levando em conta o momento de ameaça ao ativismo pelos direitos humanos e à liberdade de expressão, essa publicação trará orientações e dicas sobre como proceder em casos de ameaças, intimidações e outras formas de violência, além de informações sobre direitos básicos do cidadão e do comunicador.

[Acesse aqui e contribua com a campanha](#)

---

## [Conheça novo site da Agência Patrícia Galvão](#)



A [Agência Patrícia Galvão](#) inaugurou seu novo site nesta semana. A plataforma foi reformulada para tornar a navegação mais dinâmica e incluir novas editorias, contemplando diferentes tipos de violência contra as mulheres: violência doméstica e familiar, violência sexual, feminicídio, violência de gênero na internet, racismo e LGTBTFobia.

Na Agência Patrícia Galvão é possível acompanhar o debate público sobre a violência contra as mulheres por meio da seleção de notícias de diversos veículos, fruto do monitoramento e curadoria realizados pelo Instituto Patrícia Galvão.

O site traz também sugestões de pautas estratégicas e conteúdos especiais produzidos pela equipe da Agência, além de informações sobre ações e projetos do Instituto Patrícia Galvão, como os [Dossiês especiais](#) sobre [violências](#) de gênero e [feminicídio](#). O portal reúne assim informações atualizadas e qualificadas sobre os direitos das mulheres no Brasil, com foco privilegiado sobre as violações desses direitos e a demanda por sua garantia e efetivação.

Para receber esses conteúdos e novidades por e-mail, cadastre-se em nosso boletim semanal [clikando aqui](#).

## **Sobre a Agência Patrícia Galvão**

Criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão, a Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras.

Ao acessar o Portal da Agência, profissionais da imprensa e interessados em geral encontrarão um conteúdo multimídia diversificado, preciso, confiável e atualizado na forma de sugestões de pauta, notícias selecionadas de veículos diversos, indicação de fontes qualificadas, dados, pesquisas, indicadores e artigos de opinião.

Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos é uma organização social sem fins lucrativos que atua nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação. Sua missão é contribuir para a qualificação do debate público sobre questões críticas para as mulheres no Brasil, a partir da produções de conteúdos, dossiês, sugestões de pautas e notícias junto à imprensa e mobilização de mídias sociais, além de realização de pesquisas de opinião, eventos e campanhas para fomentar a reflexão social e demandar respostas do Estado e/ou mudanças na sociedade e na mídia.

---

# **Comunicação é direito essencial para o empoderamento das mulheres, destacam brasileiras sobre tema emergente 'Mulheres e Mídia' na CSW 62**

*Para comunicadoras e especialistas, é imprescindível que países e os meios de comunicação invistam em ações de formação e acesso das mulheres ao direito humano à comunicação. Questões foram abordadas com base nas Conclusões Acordadas da CSW 47, cujas conclusões estiveram sob revisão durante a CSW 62*

**(ONU Mulheres, 17/04/2018 - acesse no site de origem)**

Mulheres e a mídia é uma das 12 áreas de preocupação do [Plano de Ação de Pequim](#) e foi o tema de revisão da [62ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres \(CSW 62\)](#), que se encerrou em 23 de março, em Nova Iorque. O tema foi discutido entre as pautas de revisão das [Conclusões Acordadas na 47ª sessão da CSW](#), realizada em 2003.

Violência contra mulheres jornalistas e nos meios de comunicação e digitais, políticas de acesso à ciência e tecnologias de informação, estereótipos de gênero e participação feminina nos espaços de decisão e poder no mercado da comunicação continuam a ser questões centrais. As discriminações contra profissionais de comunicação que atuam em áreas ainda muito masculinizadas do jornalismo - como a cobertura esportiva - também estiveram em

debate.

[Relatório](#) apresentado pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, defendeu o avanço e o empoderamento das mulheres na participação e acesso delas à mídia e às tecnologias da informação e comunicação. O documento resume os progressos, lacunas e desafios relacionados com as medidas tomadas em nível dos países na implementação das Conclusões Acordadas, além das interações das resoluções de 2003 com as da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e a [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#).

Durante a Comissão, aconteceram painéis ministeriais com apresentações voluntárias dos países sobre as medidas que vêm implementando para o cumprimento das Conclusões Acordadas na 47ª CSW. E o Brasil atuou como país-sócio da Argentina - sistematizando as ações desenvolvidas no território nacional.

[Entre as resoluções sobre o tema mulheres e mídia aprovadas na 62ª CSW estão:](#)

- o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias que promovam o acesso de mulheres e meninas rurais à mídia e às tecnologias de informação e comunicação (TICs), incluindo o fomento à alfabetização digital e acesso à informação;
- o reconhecimento do papel que a mídia pode desempenhar na conquista da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas rurais, inclusive através de medidas não discriminatórias e de uma cobertura que elimine os estereótipos de gênero; incentivo à formação com perspectiva de gênero para profissionais da comunicação; desenvolvimento e fortalecimento dos mecanismos de autorregulação para promover representações equilibradas e não estereotipadas de mulheres e meninas, que contribuam para o empoderamento e a eliminação da discriminação e exploração de mulheres e meninas que vivem fora das áreas urbanas dos países.

**Comunicação para empoderamento das mulheres** - Mara Régia, jornalista, apresentadora e criadora do programa 'Viva Maria', na Rádio Nacional da Amazônia, festeja a consolidação do tema Mulheres e Mídia nas agendas de desenvolvimento da ONU. "Porque você não empodera ninguém sem garantir acesso à comunicação, que é visibilidade, poder. Não por acaso são raras as mulheres nas cúpulas dos meios de comunicação. Este é um tema fundamental", frisa.

Mara também saúda o fato de as mulheres e meninas rurais terem sido o foco da 62ª CSW e sinaliza, na realidade delas, a importância do direito humano à comunicação. "Elas são as que mais padecem não só dos efeitos de uma comunicação e uma mídia que nem sempre coloca o foco no valor essencial dessas bravas guerreiras para as vidas de todos nós, como também do isolamento. Então, dar foco ao empoderamento das mulheres rurais pela tecnologia é fundamental. Enquanto elas continuarem alijadas desses processos tecnológicos e não tiverem acesso a uma linha de crédito para desenvolvimento do seu trabalho, não haverá empoderamento. Essas mulheres não têm acesso ao básico, e no contexto da mídia o básico é acesso", avalia.





Mara Régia é jornalista e apresentadora do programa Viva Maria, da Rádio Nacional da Amazônia, da Empresa Brasil de Comunicação (Foto: Reprodução internet)

O 'Viva Maria' é o mais longo programa de radiodifusão voltado aos direitos das mulheres, tendo iniciado suas transmissões em 1981. Mara foi também uma das articuladoras da campanha pela criação do Dia Latino-Americano e Caribenho da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação, data consagrada em 14 de setembro em homenagem ao programa Viva Maria. A jornalista é uma das brasileiras fundadoras da Rede de Jornalistas com Visão de Gênero das Américas, criada em 2016.

Mara Régia considera, ainda que "é hora de uma ação mais concreta, porque desde [a Conferência de] Pequim temos os princípios de empoderamento das mulheres muito bem definidos. Agora, falta a criatividade e iniciativas para dar a essas mulheres o acesso à voz, como desenvolver programas tais quais aqueles de equidade de gênero e raça, incluindo aí as trabalhadoras rurais, buscar empresas que financiem esses projetos. Como também começar a ter um olhar diferenciado para as mulheres poderem estar, não só no campo tecnológico, mas também nas agências de publicidade e na mídia em geral em seu lugar devido. Porque, por exemplo, no Brasil a gente tem programas como o Ligue 180, mas no interior do país as mulheres não têm acesso às vezes nem a um telefone. Não por acaso as lideranças rurais morrem a três por quatro", diz.

**Gênero, raça e etnia na mídia** - Para a presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Maria José Braga, o fato dos meios ainda não abordarem as questões de gênero, raça e etnia programaticamente e ainda as ditas minorias ainda serem tratadas de forma discriminatória reforça a importância da preocupação com a temática no fórum de maior peso para o debate internacional sobre os direitos das mulheres.



Maria José Braga é presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Foto: Câmara dos Deputados/Lucio Bernardo Jr)

“O tema das mulheres e a mídia, e das mulheres na mídia, continua sendo urgente, porque estamos vivendo períodos de recrudescimento da violência contra as mulheres, do machismo exacerbado e dos assédios moral e sexual. Então precisamos falar sobre isso e buscar soluções dentro da sociedade para superar esses problemas. E a mídia tem um papel fundamental nisso que ainda não é cumprido, no Brasil e em grande parte do mundo”, ressalta. Em especial no Brasil, Maria José enfatiza que os meios de comunicação precisam assumir seu papel educativo, previsto inclusive na Constituição Federal. “Apesar de haver ampla liberdade para a constituição de empresas privadas, a prioridade dos meios de comunicação é educativa e cultural, constitucionalmente falando”, acrescenta.

Outro aspecto importante do debate que merece destaque e acompanhamento no futuro, na opinião de Maria José, é a representação das mulheres na indústria do entretenimento e das produções culturais, as quais “continuam sendo coisificadas, em pleno século XXI. E os meios de comunicação de alguma forma têm que ser responsabilizados por essa objetificação que fazem da mulher, mais nitidamente ainda na publicidade. Também precisamos tratar da grave ausência das questões de interesse das mulheres como pauta jornalística, que não devem aparecer apenas no mês de março, e também da quase inexistência de mulheres como fontes”.

Maria José salienta que “isso também é reflexo do machismo na sociedade em geral, que leva a que tenhamos menos mulheres nos cargos de comando e atuação política, mas isso também precisa ser questionado e tratado pelo jornalismo”.

[O relatório Tendências mundiais em liberdade de expressão e desenvolvimento dos meios de comunicação](#), produzido pela UNESCO em 2016 sobre 522 agências de mídia em 59 países,

demonstra que as mulheres ocupam apenas 27% dos cargos mais elevados de gerência nas organizações de mídia.

Outra [pesquisa](#), realizada pelo Instituto Geena Davis com base em um estudo sobre 120 filmes populares em 11 países, atesta que somente 21% dos cineastas são mulheres, e somente 3 em cada 10 papéis cujas personagens têm falas nessas produções são ocupados por mulheres. Nos longa-metragens, somente 23% colocavam uma mulher como protagonista.

**Eliminação do racismo na mídia** - As plataformas da [Conferência de Pequim](#) (1995) e de [Pequim+15](#) já apontavam as medidas necessárias para governos e instituições enfrentarem o sexismo nos meios de comunicação. “No entanto, as mulheres continuam sub-representadas nos cargos de tomada de decisões, tais como nos órgãos consultivos, de gestão, reguladores e de fiscalização da indústria dos media. E os estereótipos de gênero continuam impedindo que as mulheres sejam apresentadas de uma forma equilibrada e realista”, destaca Nilza Iraci, coordenadora de comunicação do Geledés - Instituto da Mulher Negra.



Nilza Iraci é coordenadora de comunicação do Geledés e integra o Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 (Foto: Reprodução internet)

Somente na [Conferência Mundial contra o Racismo](#), em Durban, no ano de 2001, foi inserido entre as plataformas das Nações Unidas a temática do racismo e seus efeitos perversos na imagem das mulheres negras. Nilza, que integra a coordenação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e o Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, aponta ainda que apesar do momento de emergência dos discursos de ódio e racismo, a potência das novas tecnologias de comunicação e das mídias sociais coloca para governos, estados nacionais e o Sistema ONU novos desafios.

Conforme Nilza é necessário “empreender recursos para uma política efetiva de formação, com recortes específicos de gênero e raça, que permita às mulheres negras disputar as narrativas da mídia hegemônica, mas também construir outras alternativas a partir de ferramentas que possibilitem uma comunicação independente, revolucionária, horizontal, plural e contra-hegemônica, colocando-as como agentes de sua própria identidade nos espaços midiáticos, quaisquer que sejam eles”, conclui.

**Fundos de acessibilidade e mulheres** - Outra [pesquisa](#) - realizada no continente africano em parceria entre a ONU Mulheres, a Fundação Web e a Aliança por uma Internet Acessível (A4AI na sigla em inglês) - foi apresentada na 62ª CSW. A maioria dos países africanos participam de fundos públicos para ampliação da conectividade, mas não estão investindo o dinheiro arrecadado.

De acordo com o estudo, em 2016, cerca de 400 milhões de dólares deixaram de ser utilizados. Além disso, poucos países têm se preocupado em investir verbas desses fundos em projetos de enfrentamento à desigualdade do acesso para as mulheres. E no continente africano estão as maiores taxas mundiais de exclusão feminina da internet. Com base na pesquisa, foi proposto que metade dos recursos investidos para ampliar a conectividade sejam destinados à garantia de acesso e direito de uso para mulheres e meninas.

---

## **[Lançamento da pesquisa “Marco Civil da Internet: violações do direito ao acesso universal previsto na lei” - São Paulo/SP, 20/02/2018](#)**

A ser lançada no próximo dia 20 de fevereiro, em São Paulo, a pesquisa “Marco Civil da Internet: violações do direito ao acesso universal previsto na lei” analisa o cenário de conexão nacional, as políticas públicas desenhadas neste sentido e as violações à legislação. Quatro anos após a aprovação do Marco Civil da Internet, o país, que está entre as 10 maiores economias do mundo, amarga apenas metade da população conectada, porcentual atualmente congelado, e conta com desigualdades regionais marcantes. No Nordeste, apenas 40% dos domicílios estão conectados. No Norte, este índice é de 46%; no Sul, de 52%; no Centro-Oeste, de 56% e, no Sudeste, de 64%.

**[\(Intervozes, 09/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O lançamento ocorre a partir das 19h, no Martilha Cultural, na República e contará com debate sobre as políticas atualmente em curso e em desenvolvimento, como violam o MCI, e as alternativas para o país avançar na garantia do direito de acesso. Participam do debate: Marina Pita, coordenadora do Intervozes, Flávia Lefèvre, advogada da organização de defesa do consumidor Proteste, especialista em telecomunicações e Marcio Moreto, doutor em ciência da computação e pesquisador do Gpopai/USP.

Para Pita, autora da publicação, as políticas públicas focadas na oferta do serviço via iniciativa privada, seja por incentivo ou privatização, têm se mostrado incapazes de responder às necessidades de avanço nesta área. “A opção por manter a prestação de um serviço essencial em regime privado e o esvaziamento do projeto da Telebras eliminam a possibilidade de atuação efetiva do poder público no sentido da universalização do acesso à Internet”, explica. Segundo a pesquisa, o baixo nível de responsividade às demandas das empresas de pequeno e médio porte também é um entrave ao desenvolvimento e dinamização do setor.

### **Acesso universal**

O direito de acesso universal consta no artigo 4º do MCI, que trata dos objetivos da disciplina da Internet no Brasil. Já o artigo 7º, que abre o Capítulo II, acerca dos direitos e garantias dos usuários, estabelece: “o acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania”. Neste contexto, a publicação endossa a tese da legislação de que o acesso é direito fundamental para a garantia de outros direitos, para a participação na vida democrática e para o desenvolvimento econômico. A pesquisa completa, realizada com o apoio da Fundação Ford, estará disponível online, no site do Intervezes, após o lançamento.

### **Serviço**

Lançamento Marco Civil da Internet: violações do direito ao acesso universal previsto na lei

20/02 (terça-feira) às 19h

Matilha Cultural [R. Rêgo Freitas, 542 - República](#)

Mais informações: [comunicacao@intervozes.org.br](mailto:comunicacao@intervozes.org.br)

---

## **Café com Luta: Direitos, comunicação e injustiças de gênero - São Paulo/SP, 09/12/2017**

Como a comunicação pode nos ajudar a formar redes, a visibilizar pautas, a mobilizar pessoas? Para pensar a comunicação como ferramenta para garantia de direitos e enfrentamento às desigualdades sociais, em específico as de gênero, Católicas pelo Direito de Decidir realizará no próximo sábado, dia 09 de dezembro, das 10h30 às 13h, mais uma edição do Café com Luta. Com o tema “Direitos, Comunicação e Injustiças de Gênero”, o encontro trará a perspectiva da comunicação estratégica no Terceiro Setor, a importância da democratização da comunicação para as diferentes lutas por direitos e justiça, por meio de experiências de organizações como a ONG Viração Educomunicação e a Casa 1, centro cultural e de acolhimento para jovens LGBTs expulsos de casa. O evento acontecerá no Galpão da Casa 1, localizado na [Rua Adoniran Barbosa, nº 151](#), no bairro da Bela Vista, em São Paulo/SP.

Participarão da mesa Paula Bonfatti, coordenadora de comunicação da ONG Viração

Educomunicação, e Iran Giusti, jornalista e fundador da Casa 1.

O encontro também contará com transmissão ao vivo pelo [Facebook de Católicas pelo Direito de Decidir](#). As vagas são limitadas (70 vagas) e as inscrições podem ser feitas gratuitamente [aqui](#).

Saiba mais [aqui](#).

**Serviço:**

Café com Luta: Direitos, Comunicação e Injustiças de Gênero.

Data: 09 de dezembro de 2017 (sábado).

Horário: 10h30 às 13h.

Local: Galpão da Casa 1, [Rua Adoniran Barbosa, 151, Bela Vista, São Paulo/SP](#).

Gratuito.

# DIREITOS, COMUNICAÇÃO E INJUSTIÇAS DE GÊNERO



09 de dezembro de 2017 (sábado), das 10h30 às 13h  
70 vagas. Inscrições gratuitas em [catolicas.org.br](http://catolicas.org.br)



## PAULA BONFATTI

Coordenadora de Comunicação na organização Viração Educomunicação e responsável pelos canais de comunicação do U-Report Brasil.

## IRAN GIUSTI

Relações Públicas, jornalista e fundador da Casa 1, centro cultural e de acolhida de jovens LGBT expulsos de casa.



**A Casa 1 está precisando de doações. Contribua!**  
Higiene: papel higiênico, aparelho de barbear e desodorante.  
Alimentos não perecíveis: óleo, molho de tomate e macarrão.

Realização:



Apoio:



Parceria:



---

# 90% das mulheres da área de comunicação já sofreram assédio, diz estudo

A realidade do assédio no trabalho no mercado de comunicação, especialmente nas agências de publicidade, está bem próxima daquela retratada na premiada série “Mad Men”.

[\(UOL, 16/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Planejamento em parceria com o Instituto Qualibest durante o mês de outubro de 2017 aferiu que 90% das mulheres e 76% dos homens que trabalham nesta área já experimentaram algum tipo de assédio, seja moral ou sexual.

O estudo “Hostilidade, silêncio e omissão: o retrato do assédio no mercado de comunicação de São Paulo” obteve respostas e avaliações de 1.400 profissionais de agências, produtoras e veículos de imprensa da capital e região metropolitana do estado.

Em relação a outras áreas, a diferença é grande: o mercado de trabalho em geral possui um índice de 52% de profissionais já assediados, segundo uma pesquisa do site Vagas.com.

A percepção de que há assédio na categoria é generalizada: quase 100% dos profissionais consultados concordam com a afirmação. Enquanto 89% das mulheres afirmam que o assédio moral é frequente, 85% dos homens se veem na mesma situação. Já o assédio sexual é recorrente para 67% das mulheres e 52% dos homens.

O levantamento ainda apontou que o assédio é um problema estrutural, parte de um ciclo em diferentes níveis hierárquicos: 22% dos estagiários e assistentes apontaram assédio por parte de presidentes e sócios das empresas, enquanto diretores — com cargos intermediários e de contato imediato com as equipes — afirmam em sua maioria (83%) ter sido assediados pelos seus superiores, enquanto também são citados como agressores por 63% do restante dos profissionais ouvidos.

## **Assédio Sexual**

A questão do assédio sexual atinge, principalmente, as mulheres. Uma a cada duas (51%) já passou por uma situação do gênero no trabalho, sendo que 39% dos casos envolveram contato físico. Entre as profissionais da área de criação, 64% já foram assediadas sexualmente.

Os homens são os principais agressores sexuais; não importa o gênero do profissional agredido. 9% dos homens afirmam ter sofrido assédio sexual, mas, deles, 72% foram assediados por outros homens.

A violência tem impacto direto na saúde dos profissionais: 62% das mulheres ouvidas e 51% dos homens afirmam ter sofrido algum sintoma por causa de assédio moral. Os mais comuns foram: crises de choro; ansiedade; sentimento de inutilidade; depressão; abuso de bebida alcoólica; diminuição de libido e ideação suicida.



Ainda de acordo com a pesquisa, a cultura da hostilidade é alimentada pela relação com clientes, que perpetuam o assédio moral e são responsáveis por um terço das histórias relatadas. Prazos impossíveis, pressão intensa, extensão indevida do horário de trabalho estão entre as situações mais frequentes.

Os departamentos de Recursos Humanos das empresas são vistos como ineficientes pelos entrevistados e raramente são procurados para resolver os casos. 12% das mulheres e 8% dos homens que sofreram assédio moral afirmaram que procuraram esta alternativa. Estes números caem para 3% e 7% em casos de assédio sexual. 87% de todos os ouvidos afirmaram ainda nunca ter recebido orientações de seus empregadores sobre como lidar com assédio e apenas 5% encontraram nas companhias um canal direto para denúncia.